



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS  
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

**ABEL JÚNIOR BATISTA BARROS**

**A INTERCULTURALIDADE E O ENSINO DE LITERATURA**

Sousa-PB

2014

**ABEL JÚNIOR BATISTA BARROS**

**A INTERCULTURALIDADE E O ENSINO DE LITERATURA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Rosimar Socorro Silva Miranda

Linha de Pesquisa: Processos histórico-social, educacional e cultural emergentes na redefinição da identidade do professor.

Sousa-PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B277i Barros, Abel Junior Batista.  
A interculturalidade e o ensino de literatura [manuscrito] /  
Abel Junior Batista Barros. - 2014.  
36 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:  
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual  
da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à  
Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Rosimar Socorro Silva Miranda,  
Departamento de Letras".

1. Cultura. 2. Ensino de literatura. 3. Identidade cultural. I.  
Título.

21. ed. CDD 400

**ABEL JÚNIOR BATISTA BARROS**

**A INTERCULTURALIDADE E O ENSINO DE LITERATURA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em: 26/09/2014

**BANCA EXAMINADORA**

Rosimar Socorro Silva Miranda

Profª. Ma. Rosimar Socorro Silva Miranda

Orientadora – UEPB

Ariane Kercia Benício

Profª. Ma. Ariane Kercia Benício de Sá Barreto

Examinadora - UEPB

Marcos Antônio Barros

Prof. Dr. Marcos Antônio Barros

Examinador – UEPB

A Deus, alfa e ômega, por Vossa Proteção.

À minha mãe, Linete, ao meu pai, Abel, aos meus irmãos, sobrinhos e a minha orientadora,  
pela paciência, companheirismo e carinho, DEDICO.

## **AGRADECIMENTOS**

À Prof.<sup>a</sup> Ana Alice R. Sobreira, coordenadora do Curso de Especialização, polo de Sousa-PB, por seu empenho e dedicação.

À Prof.<sup>a</sup> Rosimar Miranda, minha orientadora, pelas leituras sugeridas e por todo empenho e dedicação.

Aos professores do polo de Sousa-PB que contribuíram ao longo deste curso por meio de disciplinas e debates, para culminar com o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB pela presteza e atendimento sempre que foram necessários.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade, companheirismo, brincadeiras e carinho.

“A vida é uma peça de teatro, que não permite ensaios. Por isso, cante, dance, ria e viva intensamente, antes que a cortina se feche e a peça termine sem aplausos.” (Charles Chaplin)

## RESUMO

Como a cultura ou culturas influenciam os sujeitos a conviverem na interculturalidade, este trabalho monográfico discorrerá sobre as múltiplas definições de cultura nas visões de Tomazi (2010) e Santaella (2003), alguns pontos entre a cultura do povo x popular e o autoritarismo das elites segundo Chauí (2011) e a questão da identidade cultural na pós-modernidade na visão de Hall (2002). Em seguida apresentamos a temática da pluralidade cultural segundo os parâmetros curriculares nacionais (2001) e suas contribuições à escola. Por último, discorreremos sobre as conceituações de literatura colonial e nacional na escola, a questão da periodização literária e o instinto de nacionalidade segundo Coutinho (2008), assim como também algumas abordagens metodológicas sobre o ensino de Literatura Brasileira hoje na escola na perspectiva de Cereja (2013) e o que recomenda os parâmetros curriculares nacionais (2002) para o ensino de literatura, concluindo com a experiência do projeto “Literart: linguagens e cultura”.

**PALAVRAS-CHAVE: Cultura. Identidade cultural. Pluralidade cultural. Ensino de Literatura.**



## **ABSTRACT**

As the culture or cultures influence the subject to coexist in interculturalism, this monograph will discuss the multiple definitions of culture in the visions of Tomazi (2010) and Santaella (2003), some points between x popular culture of the people and the elites of authoritarianism second Chauí (2011) and the issue of cultural identity in postmodernity in view of Hall (2002). Then we present the theme of cultural diversity in accordance with national curriculum guidelines (2001) and his contributions to the school. Finally, we will discuss the concepts of colonial and national literature in school, the question of literary periodization and the instinct of nationality after Coutinho (2008), as well as some methodological approaches to the teaching of Brazilian Literature at school today from the perspective of Cereja (2013) and recommends that the national curriculum guidelines (2002) for the teaching of literature, concluding with the experience of "Literart: languages and culture" project.

**KEYWORDS: Culture. Cultural identity. Cultural Plurality. Teaching Literature.**

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1-</b>	Visita ao Museu do Cangaço- Serra Talhada-PE.....	<b>32</b>
<b>FIGURA 2-</b>	Visita ao Museu do Cangaço- Triunfo-PE.....	<b>32</b>
<b>FIGURA 3-</b>	II Mostra Literária.....	<b>32</b>
<b>FIGURA 4-</b>	II Mostra Literária.....	<b>32</b>
<b>FIGURA 5-</b>	Linguagem Expressiva.....	<b>32</b>
<b>FIGURA 6-</b>	Linguagem Expressiva.....	<b>32</b>
<b>FIGURA 7-</b>	Linguagem Expressiva.....	<b>33</b>
<b>FIGURA 8-</b>	Linguagem Expressiva.....	<b>33</b>
<b>FIGURA 9-</b>	Linguagem Expressiva.....	<b>33</b>
<b>FIGURA 10-</b>	Linguagem Expressiva.....	<b>33</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 AS MÚLTIPLAS DEFINIÇÕES DE CULTURA E IDENTIDADE CULTURAL.....</b>	<b>11</b>
2.1 CULTURA DO POVO X CULTURA POPULAR.....	14
2.2 O AUTORITARISMO DAS ELITES.....	17
2.3 A IDENTIDADE CULTURAL E SUAS REPRESENTAÇÕES.....	18
<b>3 A PLURALIDADE CULTURAL E A ESCOLA NA PERSPECTIVA DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS.....</b>	<b>20</b>
3.1 O TEMA PLURALIDADE CULTURAL.....	20
3.2 CONTRIBUIÇÕES DA DISCUSSÃO DA PLURALIDADE CULTURAL NA ESCOLA.....	22
<b>4 O ENSINO DE LITERATURA BRASILEIRA NA ESCOLA: CONCEITUAÇÕES.....</b>	<b>24</b>
4.1 LITERATURA COLONIAL E NACIONAL: ASPECTOS CONTRADITÓRIOS.....	24
4.2 A PERIODIZAÇÃO LITERÁRIA E O INSTINTO DE NACIONALIDADE.....	25
4.3 O ENSINO DE LITERATURA E OS PCN'S.....	28
4.4 UMA EXPERIÊNCIA: PROJETO LITERART.....	30
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>36</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado “**A interculturalidade e o ensino de literatura**” surgiu da necessidade de repensar novas práticas pedagógicas para o ensino da Literatura atrelada ao contexto cultural, numa perspectiva de direcionar uma prática da ação com a Literatura em sala de aula, demonstrando uma possibilidade de inovar o trabalho com a disciplina na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Prof. Adalberto de Sousa Oliveira, no município de Cachoeira dos Índios-PB. A pesquisa se caracterizou como sendo uma revisão bibliográfica de caráter descritivo.

O primeiro capítulo se refere às múltiplas definições de cultura e as interligações com a formação dos sujeitos no processo de construção da identidade cultural, como também as diferenciações entre cultura do povo x popular e o autoritarismo das elites e a sua importância no uso da literatura.

O segundo capítulo abordará o que é relatado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) no que concerne a temática da pluralidade cultural e suas contribuições para o ambiente escolar e o que propõe para uma ação educativa que amplia e garante o resgate e diálogo entre as diversidades culturais.

O terceiro capítulo explora os conceitos de literatura brasileira e sua consolidação no que se relaciona questão do instinto de nacionalidade, como também a periodização literária, finalizando com o ensino de Literatura e o que recomenda os PCN's e a experiência do projeto LITERART: linguagens e cultura.

No estudo realizado citamos como aportes teóricos Tomazi (2010) e Santaella (2003) que discorrem sobre as definições de cultura e Chauí (2011) que apresenta alguns pontos sobre cultura popular e o autoritarismo das elites, além de a identidade cultural na pós-modernidade à luz de Hall (2002). A temática da pluralidade cultural e o ensino de literatura segundo os PCN's (2001/2002), as conceituações de literatura nacional e colonial, segundo Coutinho (2008) e as abordagens metodológicas sobre o ensino de Literatura Brasileira hoje na escola na visão de Cereja (2013). Finalizando com a experiência do projeto Literart: linguagens e cultura e as considerações finais.

## 2 AS MÚLTIPLAS DEFINIÇÕES DE CULTURA E IDENTIDADE CULTURAL

É costumeiro ouvir que um determinado sujeito tem cultura porque fala diversos idiomas, conhece várias obras literárias, frequenta várias exposições de arte, museus e determinados lugares e outros setores que são considerados intelectualizados, ou seja, a definição de cultura está associada a uma questão de status social. Não é difícil também nos depararmos com pessoas que afirmam que em uma determinada cidade, que um determinado grupo social é mais sofisticado que outro, no entanto, este tipo de avaliação nos conduz a uma visão do senso comum carregando elementos ideológicos que nos faz pensar na superioridade de um grupo em relação a outro.

Guattari (1986 *apud* TOMAZI, 2010, p.171) pensador francês que separou o conceito da palavra cultura em três grupos a fim de estudos culturais, a cultura-valor é o que possibilita estabelecer a diferença em quem tem ou não cultura, ou seja, se o indivíduo pertence a um meio culto ou inculto, definindo assim um julgamento de valor, a cultura alma-coletiva que dá-nos a ideia de civilização e de que todas as pessoas, grupos sociais têm uma cultura, permitindo assim, falarmos em cultura indígena, africana, brasileira, nordestina, sulista, é a visão da cultura segregada e dividida e finalmente a cultura-mercadoria que corresponde à cultura de massa, não delimitando um território e um grupo específico, nesta acepção seria os bens e produtos que são lançados no mercado. Estas distinções de cultura trazem no seu bojo uma carga de valores, dividindo os indivíduos, grupos e povos e estão presentes no nosso dia a dia de uma forma marcante.

Os seres humanos vivem fazendo algo, seja de modo repetitivo, seja de forma inovadora, não no sentido lato da palavra, mas de certa forma estamos sempre fazendo alguma coisa que leva um pouco de nós e busca um pouco do outro, nesse contexto de buscas de significados não criamos mundos socializados da natureza em mundos de cultura porque sabemos, criamos o que fazemos porque nos socializamos em uma cultura.

Os conceitos de cultura são muito amplos e podemos conceituá-los numa visão social, intelectual e artística, do latim *colere* a palavra cultura significava o ato de cultivar o solo. Assim, como na vida, o seu sentido é crescer, desenvolver-se, proliferar, uma vez que hoje se prefere o termo culturas, pois estamos imersos em várias, querendo ou não, não propondo mais aquela conceituação de cultura fixa ou enraizada. Correlato encontra-se o termo civilização que esteve sempre atrelado ao de cultura, sendo que fora derivado de uma condição social real, do cidadão (*civis*, em latim).

Numa visão kantiana, a cultura representa às condições morais e os valores espirituais dos indivíduos, enquanto que a civilização representa as convenções da sociedade e os valores materiais.

A concepção de cultura na abordagem antropológica e numa visão universalista fora formulada por Tylor (1871 *apud* TOMAZI, 2010, p.172), segundo o qual cultura é “aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro da sociedade”. Na concepção exposta podemos ver a cultura como não seletiva, pois está associada à trama da vida humana em sociedade e com isso os antropólogos evitam julgamentos de valor para não incorrer em etnocentrismos.

Na perspectiva humanista, a cultura pode ser entendida sob a ideia de perfeição humana, um estado de desenvolvimento intelectual, ligada as artes e ao trabalho intelectual, ou seja, segundo os humanistas a cultura pode ser analisada como um produto do trabalho humano e está presente nas artes, na música, na literatura e que alguns destes produtos são mais valiosos que outros. Como observamos na concepção humanista a cultura é seletiva e separa certos segmentos das atividades humanas. Uma metáfora para o conceito de cultura menos biológica que a vida seria a metáfora da mistura, pois se a mistura é o espírito e a cultura é a morada do espírito, então cultura é mistura, segundo Santaella (2003).

A cultura é um conjunto diverso, múltiplo de maneiras de produzir sentido, uma infinidade de formas de ser, de viver, de pensar, de sentir, de falar, de produzir e expressar saberes, não existindo assim, uma só cultura, mas diversas culturas que se inter cruzam e entrelaçam. Não há também cultura mais rica do que outra, toda cultura tem na sua gênese formas próprias, maneiras de se expressar de acordo com o intuito da comunidade participante. Diante do exposto é que surgiu a ideia de etnocentrismo, ou seja, uma forma de ver que a nossa cultura é a melhor, pensando assim não redimensionamos nosso olhar para o multicultural. (SANTAELLA, 2003)

Entre nós humanos e os animais há muitas semelhanças e diferenças, possuímos semelhanças genéticas, biológicas, mas a experiência da cultura é própria do ser humano e é isso que nos faz diferentes dos outros animais. Por mais que alguém diga que o João de Barro tem o saber de construir a sua casa, que os pássaros têm de fazer os seus ninhos, nada mais é do que uma extensão natural da biologia destes animais.

A experiência da cultura é o que mais nos diferencia dos outros animais, pois nós humanos aprendemos desde crianças a simbologia que nos cerca e é o exercício da faculdade

de simbolização que cria a cultura e o uso dos símbolos que permite a sua perpetuação, uma vez que o comportamento humano se origina no uso dos símbolos.

Somos humanos porque aprendemos e a educação que criamos e que criaremos é o que nos transforma de indivíduo em pessoa, não criamos mundos socializados da natureza em mundos de cultura, porque sabemos, criamos o que sabemos por que nos socializamos em uma cultura. Somos talvez a única espécie de seres vivos que sente e pensa, e que se sente pensando e se sabe sentindo. Aprendemos a sentir, a lembrar e a saber para fazermos preces, preceitos e poemas. A natureza humana é uma só, mas as culturas humanas são várias, e somos humanos porque somos tão iguais e tão diferentes ao mesmo tempo.

O campo da cultura não envolve apenas os aspectos materiais do mundo que criamos e o entorno fabricado de nossas sociedades: casas, prédios, escolas, canetas, mas sim, a experiência da cultura está no que nós fazemos ao transformar as coisas da natureza em objetos da cultura, através do trabalho e uso de instrumentos.

Há no campo da cultura dois determinismos que procura a conciliação entre a unidade biológica e a diversidade geográfico-cultural do homem. Primeiramente, os antropólogos não estão convencidos de que as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais, pois não há correlação significativa entre a distribuição dos caracteres genéticos e a distribuição dos comportamentos culturais, pois uma criança ao nascer pode ser educada em qualquer cultura, já que o comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo que chamamos de endoculturação, ou seja, um menino e uma menina agem diferentes em função de uma educação diferenciada e não em função de seus hormônios.

A respeito do determinismo geográfico que considera as diferenças do ambiente físico como condicionante no aspecto cultural não comprova o que realmente ocorre na prática, já que é possível encontrarmos em um mesmo local, como acontecem com os indígenas do parque nacional do Xingu práticas alimentares diferentes, enquanto os povos Waurá e Trumaí, desprezam as proteínas nos grandes mamíferos por motivos culturais e vão à procura de aves; os Kayabi, que habitam o norte do mesmo parque, são excelentes caçadores de mamíferos de grande porte. Isso demonstra que a cultura age seletivamente e não casualmente sobre seu meio ambiente, mostrando assim, que o homem é resultado do meio cultural em que foi socializado, é herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam.

Não cabe a nós avaliar uma cultura como sendo melhor ou pior do que outra, pois isso foge do conceito de cultura, cabe-nos avaliar determinado assunto sob certa ótica, ter uma visão de mundo, conviver em uma classe social, pertencer a uma etnia, ou seja, é preciso

pensar no outro ser humano que está ao nosso lado, que é igual a nós e ao mesmo tempo é diferente. Sabemos que os seres humanos, de modo geral, tomam como parâmetro o seu grupo ou a sua sociedade para avaliar as demais, ou seja, ver o outro a partir de sua própria cultura desencadeando assim, o etnocentrismo e essa forma de ver os outros seres humanos vem de longe, lá da Antiguidade, quando os romanos chamavam de bárbaros todos aqueles que não eram de sua cultura; no Renascimento, com a expansão marítima os europeus passaram a chamar os povos americanos de selvagens. O etnocentrismo na História da humanidade foi um dos responsáveis pela intolerância e o preconceito cultural, religioso, étnico, político que tem suas raízes fincadas até hoje.

Santaella (2003) aponta o vasto campo da antropologia cultural, em que a cultura pode ser estudada, dentre as quais destacaremos algumas, a cultura como fenômeno histórico, ou seja, a cultura pode ser vista através dos costumes, crenças, ferramentas e técnicas e como tal processo passa de geração para geração, a cultura como fenômeno regional, ou seja, a distribuição geográfica de certos costumes, religiões, hábitos e a cultura como fenômeno da aculturação, ou seja, quando dois grupos são postos em contato e há continuidade e absorção entre os elementos culturais um do outro.

Estamos em um mundo globalizado e tal fato possibilitou as trocas comerciais e culturais mais rápidas no decorrer do século XX, quando de fato aceleraram-se as expressões culturais dos países centrais, como os Estados Unidos e com isso houve uma proliferação para o mundo, contribuindo para a formação de uma cultura mundial. Mas, diante de uma divisão interna na sociedade é possível falarmos de uma cultura do povo x cultura popular e o autoritarismo das elites. Faz-se necessário buscar o ponto alto da diferenciação entre cultura do povo e autoritarismo das elites, ora o autoritarismo das elites se apresenta como uma necessidade de dissimular a divisão interna de cunho social, buscando assim anular a cultura do povo, e estabelecendo um padrão cultural único e tido como o melhor para toda a sociedade, muito embora saibamos que em termos de cultura não convém à classificação de cultura melhor ou pior, há sim, manifestações culturais diferentes e é o que discutiremos a seguir.

## 2.1 CULTURA DO POVO X CULTURA POPULAR

Nas palavras de Chauí (2011) há uma diferença entre cultura do povo e cultura popular, considerar a cultura como sendo do povo permite assinalar o que não está apenas no



povo, mas o que é produzido por ele, enquanto que cultura popular leva-nos a representações, normas e práticas que estão no povo, ou seja, não é porque algo está no povo que é do povo. A expressão cultura do povo surgiu quando nascia a diferença, a oposição e a luta de classes da sociedade.

Uma vertente interpretativa nos permite analisar a cultura do povo como sendo uma recusa implícita ou não a cultura das elites. Como a sociedade brasileira foi sempre bem marcada por divisões de classes, e sabendo que toda sociedade nunca vai se constituir em um todo unitário, surge assim, a cultura do povo como sendo secundária.

Outra vertente interpretativa nos leva a questionar em que ponto a cultura do povo reproduz o autoritarismo das elites, uma vez sabendo que as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante dessa época, que neste caso, o povo procuraria reproduzir a sua maneira e segundo os seus recursos os padrões culturais vindo do alto, ou seja, da cultura das elites.

É bom lembrar que as ideias não são dominantes porque abarcam toda a sociedade, nem porque a sociedade se reconheça plenamente nela, mas sim, porque são ideias dos que exercem a dominação, fazendo nos interpretar que a cultura do povo é sinônima de cultura dominada. O critério seletivo nesta diferenciação é o prestígio da ciência no qual a cultura dominante se oferece como o saber do si e do real, disfarçando e neutralizando a suposta universalidade do saber e o seu caráter opressor, e do outro lado, a cultura dominada se caracteriza como o não saber, reafirmando a barbárie, a “ignorância” e a “incultura” no povo, imagem preciosa para os dominantes reafirmar a sua opressão e dominação, pois lutar contra ela, seria lutar contra a verdade, dando ao povo o lugar da incultura e as elites um poder muitas vezes invisível que lhe é fornecido pelo prestígio do conhecimento.

Segundo Chauí (2011, p.70):

[...] o populismo é uma política de manipulação das massas, às quais são imputadas passividade, desorganização, imaturidade e uma certa dose de inocência e de violência que justificam a necessidade de educá-las e controlá-las para que subam “corretamente” ao palco da história.

Os populistas se veem obrigados a admitir a realidade bruta de cultura dita popular e ao mesmo tempo em que precisam valorizá-la positivamente, como solo de práticas políticas e sociais, e negativamente, como portadora dos mesmos atributos que foram impingidos à massa. Dessa ambiguidade resulta a imagem de uma cultura popular ideal, como algo a ser realizado ou como um modelo, sendo que para tal propósito acontecer é preciso uma

vanguarda comprometida com a ação efetiva do povo em que seja respeitado o que está no cerne do povo.

Segundo Chauí (2011) a cultura popular como sendo uma cultura dominada, tende na prática a se mostrar como invadida, aniquilada pela cultura de massa e pela indústria cultural e pauperizada intelectualmente por restrições impostas pelas elites face à dominação e arrastada pelo poder destrutivo da alienação. Neste contexto, o fenômeno da alienação passa pela esfera da consciência, fazendo surgir o movimento das relações sociais que gera nos sujeitos a impossibilidade de alcançar o universal por meio do particular, levando-os a criar uma universalização abstrata que não passa pela mediação do particular, mas por sua dissimulação e contra ele.

Na sociedade brasileira, profundamente marcada por múltiplas hierarquias e desigualdades, a ideia de “cultura”, antes de tudo associada à sofisticação, à erudição e a educação formal, fez nascer à concepção de a cultura popular identificar-se como o cultivo dos elementos, significados e valores comuns ao povo. Durante muito tempo no Brasil, a ideia de cultura se perpetuou como sendo a alta cultura, remetendo para si o conjunto de bens materiais ou imateriais possível de ser apropriado por uma minoria endinheirada. Este colonialismo cultural interno se corporifica no fato de que a maioria de nossas manifestações identificadas como populares ocorrem hegemonicamente em outros lugares, fora do eixo Rio-São Paulo.

A relação entre cultura popular e poder no Brasil passa quase sempre, pela região, depois pelo Estado e Município e vai ser lá nos mais longínquos distritos e periferias das pequenas e grandes cidades e comunidades que os grupos artísticos de manifestações populares irão se manifestar. Não é difícil compreender que os conflitos culturais assentados nesta oposição entre cultura popular e autoritarismo das elites são correlatos a outros conflitos de ordem racial, de classe, políticos, econômicos, simbólicos e de gênero.

A partir da cultura popular é possível pensar um país diferente, porque esta cultura é um estoque inesgotável de conhecimentos, sabedorias, maneiras de fazer, pensar e ver nossas relações sociais não como uma subalternidade, mas acima de tudo recuperar os principais nós da História do Brasil e da cultura brasileira em geral.

A escola e a educação em geral tem um papel fundamental em buscar novas práticas que eliminem preconceitos das mais diversas ordens, pois para construirmos uma nação tolerante, livre e igualitária é preciso ter um olhar plural.

## 2.2 O AUTORITARISMO DAS ELITES

Segundo Chauí (2011, p.50) o autoritarismo das elites se manifesta da necessidade de dissimular a divisão existente na sociedade brasileira, marcada profundamente pela luta de classes. A palavra elite significa elitismo, ou seja, segregação, que ao mesmo tempo vem como afirmação de um padrão cultural único e como o ‘melhor’ para todos os membros da sociedade. Sendo então paradoxal o termo, pois o autoritarismo das elites implica a imposição da mesma cultura para todos os membros da sociedade, e que por outro lado, nega ao povo o acesso dessa cultura.

A elite acredita estar no poder não só porque detém os meios de produção e o aparelho do Estado ao seu favor, mas porque tem ‘competência’ para detê-los, ou seja, porque resguarda o saber e o prestígio do conhecimento tornando o poder quase invisível, principalmente em uma sociedade bem marcada com a divisão de classes, como é o caso da sociedade brasileira.

O prestígio da ciência na cultura dominante fornece a cultura dominada formas de reafirmar que a barbárie se encontra na plebe por conter a dimensão da “incultura/ignorância”, imagem preciosa para o opressor que dissimula seu caráter sob uma suposta universalidade do saber e da “ignorância” do povo para tentar justificar a necessidade de dirigir a plebe do alto.

No percurso da História do Brasil aparecem relatos de movimentos e rebeliões que lutaram contra a força do Estado, que tiveram pessoas e grupos lutando contra a opressão imediatamente visibilizada, mas que não chegam a ter consciência das raízes ou gênese dessa opressão que se localiza num ponto que parece invisível para estes grupos. A representação da soberania coletiva por intermédio da figura do Estado fora e acima das classes é a representação moderna da autoridade, cujo poder em suas bases é coercitivo, mesmo quando consensual.

A transcendência da soberania não possui o mesmo sentido para dominantes e dominados, para os dominantes o Estado separado, fora e acima das classes, é um instrumento a serviço da dominação das demais classes sociais, enquanto que para os dominados a transcendência da soberania é encarada como única possibilidade de justiça.

A prática e o discurso social estão encarregados de criar o sentimento de que toda a sociedade participa das atividades da mesma forma, quando sabemos que na prática não é bem assim, pois no meio social haveremos de conviver com as classes laboriosas e as dirigentes no âmago da realidade presente, e o autoritarismo das elites existirá sempre e toda

vez que as representações e normas, pelas quais os sujeitos sociais e políticos interpretam suas relações, e tais normas virão de um polo ou outro da sociedade.

### 2.3 A IDENTIDADE CULTURAL E SUAS REPRESENTAÇÕES

Frente às mais variadas mudanças sociais no mundo contemporâneo, o sujeito da modernidade se encontra fragmentado quando observa que em um passado recente existiam representações de classe, gênero, sexualidade, etnia, nacionalidade, (...) bem delimitadas e definidas. Hoje, é constatado que há uma descentralização do sujeito, isto é, tem ocorrido em caráter rápido mudanças sociais, culturais e a que os próprios sujeitos fazem de si mesmos, então o indivíduo está saindo daquilo que é fixo, estável e estruturado e migrando para um espaço de dúvidas e incertezas, gerando assim, o que para Hall (2002) e outros estudiosos significa crise da identidade. Portanto, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam aos sujeitos são garantidos aceitar ou não novas possibilidades de identidades, desconstruindo a visão de uma identidade única e fixa, mas sim de múltiplas identidades.

Na visão de Hall (2002) existem três concepções de identidade, a saber, a primeira faz referências ao sujeito do Iluminismo, que concebe a pessoa humana como indivíduo unificado e dotado de capacidade racional, no qual o sujeito nascia e permaneceria ao longo de sua existência com a mesma identidade, a segunda versão se pauta no sujeito sociológico, que concebe o eu e a sociedade, que busca em outras pessoas os valores, sentidos e símbolos do mundo cultural. Nesta acepção a identidade oscila entre o mundo pessoal e o público, ou seja, o fato de projetarmos a nós próprios nessas identidades seria alinharmos sentimentos subjetivos aos lugares objetivos que ocupamos social e culturalmente, por fim o sujeito pós-moderno que é concebido como sendo um sujeito fragmentado e composto de várias identidades, algumas vezes contraditórias, mas transformadas continuamente em relação às formas pelas quais somos representados nos sistemas culturais que nos rodeiam, ou seja, os sujeitos assumem diferentes identidades em diversos momentos.

As sociedades atuais apresentam o caráter de transformações contínuas, que se diferem das mais tradicionais, pois estas veneram o passado e valorizam os símbolos, acreditando que a tradição é um meio de lidar com o tempo e com o espaço e aquelas se caracterizam pela modernidade e são caracterizadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem variadas identidades nos indivíduos, dependendo donde ele está inserido.

Outro argumento em relação às mudanças na modernidade tardia, termo utilizado por Hall (2002) é o fator de globalização, pois à medida que as áreas diferentes do globo, que estão incluídas na “aldeia global” e que são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformações sociais atingem virtualmente o mundo globalizado. A modernidade é um processo sem fim de rupturas e fragmentações internas no seu próprio interior, em que ao mesmo tempo possui uma pluralidade de centros de poder, pois a ideia passada de globalização é a de equidade social como um todo, porém claramente se estampa a visão de que não se faz presente a igualdade e existem os países poderosos e que centralizam as decisões. É evidente com isto, que a sociedade não é o que muitos sociólogos pensaram muitas vezes, como sendo um todo unificado e bem delimitado, a sociedade está constantemente descentrada por forças fora de si mesma.

McGrew (1992 *apud* HALL, 2002, p.67-68) denominou o termo globalização como sendo os processos globais que atravessam as fronteiras nacionais, integrando e interconectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e experiência, mais interconectado, pois não se pode mais pensar a sociedade como algo fixo e delimitado, mesmo não concordando, o mundo globalizado é uma realidade e a sociedade precisa estar atenta a este contexto em rede e a educação interligada a sociedade.

### **3 A PLURALIDADE CULTURAL E A ESCOLA NA PERSPECTIVA DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS**

#### **3.1 O TEMA PLURARIDADE CULTURAL**

A temática da pluralidade cultural presente no espaço escolar traz no seu bojo a valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem e dividem o mesmo espaço, no caso o território nacional brasileiro, que é marcado pelas desigualdades socioeconômicas. A pluralidade cultural significa a afirmação da diversidade como traço fundamental na construção de uma identidade nacional que procura se firmar permanentemente, porém trazendo a visão de Hall (2002) para esse contexto, encontra-se uma diversidade nos espaços múltiplos.

É papel relevante da escola, conhecer e trabalhar com a diversidade humana, para ampliar seus horizontes na direção da desconstrução de preconceitos e exclusão, tendo como ponto de partida a figura do educador que está diretamente ligado ao aluno e aos demais membros para a conscientização de que a realidade em que se vive é apenas parte de um mundo complexo e que as relações intersociais e interpessoais deve ser com ética, com respeito e com justiça.

As culturas são produzidas nos grupos sociais ao longo de sua história, na construção das formas de subsistência, na organização da vida social e política, nas suas relações com o meio e com outros grupos para a produção de conhecimentos, a diferença entre culturas vai ser fruto da singularidade desses processos em cada grupo social.

Não dá para falar de pluralidade cultural sem uma discussão sobre a desigualdade social e discriminação, onde a desigualdade é produzida na relação de dominação e exploração socioeconômica e política e as produções culturais não ocorrem fora das relações de poder e discriminação que geram a exclusão social, muitas vezes impossibilitando ou obstaculizando os cidadãos de acessar aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade, como também de participar na gestão coletiva do espaço público, então a escola é um local de construção de uma consciência crítica e senso crítico, levando o sujeito vitimizado a superar e vencer os obstáculos sociais e transformar as desigualdades e preconceitos.

Trabalhar a temática pluralidade cultural no espaço escolar não é fazer uma divisão da sociedade em grupos sociais culturais fechados, mas sim, fazer com que cada grupo tenha seu

lugar na coexistência da ampla diversidade étnica, linguística, religiosa e com isso aprender a valorizá-la, sem superioridade nem inferioridade, mas numa perspectiva igual, propiciando assim, fazer valer o princípio da liberdade e expressão que se firma nas várias possibilidades do exercício pleno da cidadania.

Durante muito tempo o Brasil alimentou o mito da Unidade Nacional, uma suposta democracia racial, que na prática não acontece bem assim, sabe-se que nas várias instâncias da sociedade e na escola não é diferente, são constatados manifestações de racismo, discriminação social, entre outras faltas de respeito às diferenças, principalmente quando se refere à situação socioeconômica, a aparência passa a predominar acima do que o sujeito é. Pois bem, é real a necessidade de mudar mentalidades, de superação de preconceitos e combater atitudes vistas como discriminatórias, tarefa de difícil efetivação, uma vez que envolve lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo.

A escola tem um papel de relevância porque é um espaço onde acontece o encontro de crianças e jovens de nível e origem socioeconômicos diversos, costumes e práticas religiosas também, conseqüentemente é na escola onde são reforçadas as regras para a convivência no espaço público e no convívio democrático com as diferenças na sociedade, mesmo que isto não seja concretamente o papel da educação formal, mas é na escola que se deve incentivar a promoção dos processos, conhecimentos e atitudes que cooperem na transformação da situação social atual.

A pluralidade cultural existente no Brasil é fruto de um longo processo histórico de interação entre os aspectos políticos e econômicos em nível nacional e internacional. Coexistem aqui culturas singulares, ligadas a grupos de origem diferentes que deu origem a um complexo entrelaçado de influências diversas e intercomunicação.

A diversidade sempre marcou a vida social brasileira por características de cada região, nos modos de relação com a natureza, à vivência do sagrado e sua relação com o profano. O campo e a cidade propiciam às suas populações muitas vivências culturais e ensinamentos de valores muito diversos e os processos migratórios proporcionam também o contato de grupos sociais com diferenças de fala, costumes e valores em um mesmo ambiente. Tal processo complexo que está presente na vida do brasileiro, muitas vezes, é ignorado diante da indústria de bens culturais e a escola também tem seu papel de culpa quando silencia ou até mesmo ignora as origens dessa pluralidade cultural, desvalorizando uma determinada cultura em detrimento de outra como nos informa os PCN's (2001).

O nacionalismo exacerbado se confirmou em períodos autoritários da história brasileira, uma vez que na década de 30, do século passado, quando o Estado procurou

assimilar a população imigrante de diferentes origens para nacionalizar o filho do estrangeiro e que o índio deveria se aculturar ao padrão vigente, queriam assim uma futura homogeneização da cultura brasileira, fazendo nascer o mito da democracia racial brasileira. Diante do exposto, propagou-se a ideia de um Brasil sem diferenças, originalmente formada por três raças ou etnias (o índio, o branco e negro) que se miscigenando deram origem ao homem brasileiro. O mito social se propagou procurando dissimular ou até mesmo neutralizar as diferenças culturais existentes em nosso país.

### 3.2 CONTRIBUIÇÕES DA DISCUSSÃO DA PLURALIDADE CULTURAL NA ESCOLA

O caráter interdisciplinar proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's, 2001) tais como os fundamentos éticos, os conhecimentos acumulados em História, Geografia, noções de Antropologia, Linguística, Sociologia, Psicologia, entre outras áreas de conhecimento, constitui elementos basilares para uma reflexão de cunho pedagógico para a proposta da pluralidade cultural no ambiente escolar.

Os fundamentos éticos servem de base concreta para a superação de preconceitos e discriminações, como sabemos que é papel da escola a construção da democracia, princípios de liberdade, justiça, equidade, solidariedade, etc., é nosso dever também enquanto educadores procurar formas de cumprir tais princípios, pois bem sabemos que historicamente, a diferença vem marcando práticas sociais de dominação, exploração e exclusão na sociedade, e não deixa de ser diferente na escola.

Os aspectos históricos e geográficos expõem uma diversidade regional marcada pela desigualdade, do ponto de vista da cidadania, e a dominação que esteve ligada a formação histórica do Brasil, sendo a resistência uma das formas encontradas para a preservação da identidade cultural de alguns grupos minoritários, muitas vezes de forma clandestina e precária.

Ainda segundo os PCNs (2001) os conhecimentos sociológicos e antropológicos são de suma importância para o fortalecimento da atuação da escola no combate ao processo de exclusão, que historicamente, marcou a sociedade brasileira e que a escola possa formar sujeitos socioculturais que busquem a transformação da realidade social vigente. A antropologia contribui no estudo das alteridades, ou seja, de afirmar o reconhecimento de cada cultura como sendo pertinente para a sociedade como um todo.



O conhecimento antropológico estuda o homem, e vem ao encontro de que qualquer indivíduo que nasce em um contexto cultural, não existindo ser humano sem cultura, é como se afirmasse que o humano é biologicamente incompleto, necessitando assim do outro e de um grupo em que ele possa se sentir inserido em grupos para ir se completando. Como todas as culturas estão em constante processo de reelaboração, introduzindo novos símbolos, atualizando novos valores, os grupos sociais reformularão constantemente esses códigos procurando adaptar o tradicional às novas condições históricas da sociedade.

As diferenças entre as sociedades humanas não se explicam através da genética, mas sim pela cultura, é errôneo sustentar argumentos de ordem racial/étnica para tentar justificar as desigualdades socioeconômicas, dominação e exploração de certos grupos humanos, seria extremamente discriminatória, e historicamente no Brasil, esta via foi usada para explicar injustiças cometidas contra índios e negros.

A temática da pluralidade cultural no âmbito da escola deve ser exposta aos educandos para que haja um fortalecimento dos estudos sobre a origem e a valorização de diferentes culturas que formam as identidades do povo brasileiro. E mais do que ensinar a pluralidade cultural devemos vivenciá-las para que nosso alunado sinta o ‘sabor’ da miscigenação das etnias que deu origem ao povo brasileiro.

## **4 O ENSINO DE LITERATURA BRASILEIRA NA ESCOLA: Conceituações**

### 4.1 LITERATURA COLONIAL E NACIONAL: Aspectos contraditórios

No Brasil houve predominância do pensamento de que a literatura brasileira estava intrinsecamente ligada à portuguesa, principalmente por parte de historiadores lusos, que associava à questão da dependência política a questões da identidade do povo brasileiro, constituindo assim, uma única literatura durante todo o período colonial do Brasil (1500-1822). Os portugueses acreditavam que toda a literatura produzida no Brasil-Colônia fosse uma extensão da literatura portuguesa, o que de fato não se pode negar é que durante todo o período de dependência política, as decisões de Portugal em relação ao Brasil influenciaram os principiantes literatos a beber na fonte lusa, transplantando para nós as heranças culturais, religiosas, costumes, o uso do vocabulário, enfim, contribuições lusas para que nos firmássemos enquanto povo brasileiro.

São realizados questionamentos a respeito da cronologia da literatura no Brasil, pois alguns historiadores da literatura ligaram à sua origem na autonomia política, sob o ponto de vista da crítica literária, não existe literatura colonial, pois este caráter classificatório é puramente político, o que houve realmente foi uma literatura nascente na época do Brasil colônia com textos do padre José de Anchieta e consolidados com Gregório de Matos e o padre Antônio Vieira.

Como havia uma situação nova criada pelo fato histórico do descobrimento e conseqüentemente com a colonização, junto ao europeu nasceu um brasileiro novo gerado pelo vasto profundo processo, aqui desenvolvido pela miscigenação e aculturação, que se condicionou às novas necessidades expressivas, adaptaram-se às novas condições geográficas, culinárias, ecológicas, relações humanas, e conseqüentemente, surgiram novos comportamentos, atitudes, afetos, medos, alegrias e lutas.

Segundo Coutinho (2008), a literatura brasileira teve início pela voz dos cantadores populares através de várias formas folclóricas e teve seu avanço marcado por meio dos poetas, pregadores e oradores que não cessavam de exaltar a terra recém-descoberta. Portanto, a literatura é brasileira porque exprime a experiência brasileira, a alma brasileira, no contato da realidade histórica, social, psicológica e humana da civilização brasileira. Ao afirmar que literatura colonial não existe não se quer negar a literatura produzida no século XVI, apenas é

inadequado o termo colonial, pois é de caráter político, sem validade para a crítica e a história da literatura.

É relevante ser superada a dicotomia entre literatura colonial e nacional, pois os termos são políticos, como também o ideário de que nossa literatura só começou com a independência política, ou seja, após 1822, com o advento do Romantismo, uma vez se sabe que a literatura do Brasil se firmou em pleno estilo Barroco, e conseqüentemente com o estilo Arcádico/Neoclássico.

#### 4.2 A PERIODIZAÇÃO LITERÁRIA E O INSTINTO DE NACIONALIDADE

Segundo Coutinho (2008, p.31) “os períodos são antes manchas estilísticas, sistemas de normas que não têm limites precisos, mas ao contrário se imbricam, interpenetram, superpõe-se”. A periodização literária não deve ser confundida com a cronologia, nem tampouco libertar-se totalmente dela, o que se propõe com isso é o combate à tirania cronológica.

A aplicabilidade da periodização estilística à divisão da história literária proporciona estudarmos a literatura libertada do rigorismo cronológico, pois não é o que acontece em muitos livros didáticos de literatura do ensino médio, no qual muitos historiadores literários subordinam a história da literatura a datas de fatos históricos nacionais a livros importantes, etc.

A proposta é a periodização estilística aplicada à história da literatura brasileira, abolindo assim, as tiranias sociológicas, política e cronológica que caracterizam a classificação tradicional da literatura. A periodização estilística enfatiza a formação da literatura brasileira concomitantemente com a própria origem da civilização e do homem brasileiro no século XVI, em pleno mundo espiritual e estilístico do barroco. Entender o caráter barroco na definição da literatura produzida no Brasil de meados do século XVI ao final do século XVIII mostra a intercorrência de estilos artísticos com marcas de fisionomia estética que se misturam e se interpenetram nos estilos barroco e neoclássico/árcade.

Segundo Coutinho (2008, p. 36-37) o nacionalismo na literatura pode ser apresentado sob três formas, a primeira é a literatura como instrumento de um ideal nacional de expansão e domínio político de um povo ou raça, neste caso, a literatura fica a serviço da propaganda e da exaltação das virtudes consideradas superiores de um povo, que pode ser maléfica quando

alicerça e reforça preconceitos, a segunda forma se refere ao nacionalismo como pitoresco que consiste na valorização exagerada de regionalismos em todas as manifestações literárias, a explosão do pitoresco na literatura, ao mesmo tempo em que individualiza, retira o caráter de universalidade para o fazer literário e a terceira forma está situada no nacionalismo como sendo autêntico, é o que para Machado de Assis consiste em descrever o instinto de nacionalidade vestindo-se com as cores do país e dando fisionomia própria ao pensamento nacional.

A busca da nacionalidade para a Literatura Brasileira preocupou a mentalidade de literatos no século XIX que procuravam símbolos e elementos que traduzissem literariamente a nossa vida social, diferenciando-nos do povo colonizador. Levamos séculos lutando por liberdade moral, intelectual, política da metrópole colonizadora. O espírito do povo brasileiro reflete o grau de amadurecimento e o desejo de afirmação enquanto civilização, deixando de ser uma província e constituindo-se nação, retirando do passado e do estrangeiro as lições que nos convém, ou seja, passamos a ter vida própria.

Para Cândido (1959 *apud* COUTINHO, 2008, p.50-51) “a literatura é um fenômeno de civilização, é um sistema de obras ligadas por denominadores comuns”, afirmando com isso, que além das características internas (língua, temas, imagens), alguns elementos de natureza social e psíquica se manifestam e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização, sendo esses elementos de natureza social os produtos literários (autores), os receptores (o público), o transmissor (a língua) que constituindo o conjunto desses três elementos faz surgir um tipo de comunicação inter-humana, ou seja, a literatura como sistema simbólico por meio do qual as veleidades mais profundas dos indivíduos se transformam em elementos de contato entre os homens e de interpretação das diversas esferas da realidade.

A formação da literatura brasileira começou desde o momento que o homem europeu colocou o pé no Brasil e deu início a uma nova realidade histórica, criando novas vivências que se traduziu em contos e cantos populares germinando assim, uma nova literatura.

Já para Cândido (1959 *apud* COUTINHO, 2008, p.56) a literatura brasileira só começou por volta de 1750, e tudo que fora produzido antes desta data era apenas manifestação literária, sabendo o que realmente ocorrera após 1750 foi o período de autonomia da literatura brasileira e não de formação.

Segundo Coutinho (2008) a consciência brasileira é o resultado da estratificação de consciências, o da consciência nativista na época colonial e o da consciência revolucionária na época da independência, da consciência regional, da consciência nacional e que dentro de várias subconsciências contribuíram fatores religiosos, políticos, éticos, culturais, econômicos

para a constituição da nova mentalidade do homem brasileiro, é o que nos faz afirmar que a literatura brasileira formou-se com o Barroco, tornou-se autônoma com o Arcadismo e atingiu sua maioria com o Modernismo. A crítica literária de cunho estético possui o termo literatura barroca para designar tudo o que fora produzido na prosa e na poesia até chegarmos ao Romantismo.

A literatura como fator da nacionalização brasileira, no qual entendemos por nacionalização o processo intenso e persistente de busca da identidade nacional, de integração e globalização da realidade brasileira, nos leva ao processo de nacionalização brasileira que consistiu em um movimento de afirmação nacional, de busca da própria identidade, de conquista de um caráter nacional, de afirmação da nossa individualidade, e nisso a literatura brasileira teve um papel fundamental. A este novo homem em contato com a nova terra, nova situação geográfica, social, econômica, com a nova fauna e flora foi lhe assegurando gradativamente este sentimento de pertencimento, de que a nova terra era sua.

A formação da literatura brasileira obedeceu a um duplo movimento, assim como toda literatura que não tem origem autóctone, ou aceitar a tradição alienígena ou procurar se desintegrá-la e abandoná-la, buscando assim sua autoafirmação. Nesta busca de autoafirmação é bom lembrar o papel dos jesuítas que com a missão de levar a catequese aos indígenas e com isso à conquista espiritual e religiosa dos silvícolas precisou penetrar na sua intimidade, foi assim que deu início ao sincretismo religioso, cultural, étnico e social, esta corrente intelectual didática foi usada para a posse material e espiritual.

Outra corrente que se formou foi a da exaltação da terra, também com a conotação persuasiva para a exploração econômica aos olhos dos mercadores europeus, que criou na literatura o ufanismo nativista, dando início ao mito da terra prometida cheia de riquezas. Para esta exaltação podemos citar alguns nomes, tais como: Pero Vaz de Caminha, com a Carta sobre o descobrimento do Brasil; o padre José de Anchieta, o padre Manoel da Nóbrega, e tantos outros.

Diante do choque ocorrido de culturas luso-europeia e nativa surgiu o conflito entre duas concepções de literatura: a literatura como produto telúrico e do outro, a literatura como resultado de uma cultura complexa e consciente. Outro aspecto que precisa ser mencionado é a relação entre escritor e natureza, uma vez que o escritor dirigiu seu olhar íntimo para a natureza figurando em nossa literatura o indianismo, que foi a exaltação do índio como representante legítimo de uma literatura que estava se firmando, o sertanismo, o regionalismo, a literatura do ciclo da cana, do cangaço, da seca, enfim, a natureza estava sempre em foco na vida mental para a consolidação da nossa literatura brasileira.

A consciência literária brasileira esteve atrelada a duas tendências, uma que buscava inspiração na cultura europeia e a de tradição local, uma vez sabendo que o processo de desenvolvimento cultural e literário no Brasil ainda está em curso, vale enaltecer dois pontos que foram marcantes: a fase romântico-realista do século XIX e o modernismo do século XX, a primeira corresponde à conquista da autonomia literária, e a segunda a maioridade.

#### 4.3 O ENSINO DE LITERATURA E OS PCN's

Alguns questionamentos devem ser feitos sobre o ensino de Literatura Brasileira hoje em nossas escolas, pois é preciso escolher as opções metodológicas mais pertinentes a cada realidade escolar, muito embora saibamos que todas apresentam vantagens e desvantagens, em seguida abordaremos três metodologias para uma prática de ensino de literatura.

Uma primeira abordagem para o ensino de literatura se dá com a organização do percurso em torno dos gêneros literários, neste caso se tem uma perspectiva evolutiva dos gêneros da literatura, como o romance, a novela, a epopeia, relacionados ao contexto histórico e social. Como os textos seriam de diferentes épocas, surgiriam algumas dificuldades, tais como: distanciamento histórico, linguagem pouco acessível, temas desinteressantes para a juventude atual, entre outros. Mas, no entanto, esta metodologia possibilita estudar a evolução do romance romântico para o romance realista-naturalista, o romance pré-modernista, o romance modernista, e assim por diante.

Uma segunda abordagem seria organizar o trabalho em unidades temáticas e, a partir de uma delas, abrir um leque de possibilidades, confrontando autores e gêneros que de alguma forma contribuíram para referendar o tema em questão. Algumas dificuldades surgirão quanto à falta de domínio por parte do aluno no que se refere a conhecimentos sobre biografia do autor, movimento literário e da época em que o texto fora produzido. Por exemplo, o tema amor pode ser trabalhado nas várias épocas da literatura brasileira, sempre buscando semelhanças e diferenças entre autores e estilos de época.

Uma terceira abordagem para o ensino de literatura seria o que a maioria de nossas escolas fazem que é o ensino da historiografia literária, que nasceu no Brasil sob a égide de D. Pedro II e do seu interesse em consolidar uma cultura nacional. Segundo Cereja (2013, p.131) a história da literatura surgiu no Brasil no século XIX vinculada a duas esferas e em cumprimento a dois objetivos: na esfera acadêmica, projeto nacionalista romântico de definir e documentar as expressões e a identidade nacional; na esfera escolar, o papel

didático/ideológico de formar jovens brasileiros a partir de textos fundadores da cultura brasileira.

A prática do ensino de literatura por meio da historiografia literária não constitui o problema central em nosso país, pois apresenta contribuições importantes para a compreensão de variados textos, autores e épocas, além de enriquecer com conhecimentos de outras áreas, tais como: história, filosofia, psicologia, sociologia, análise do discurso, etc. O principal objetivo de ensinar literatura no ensino médio não é conhecer historiografia por historiografia, mas sim, formar leitores competentes e capazes de fazer elos entre outros textos, verbais, não verbais, mistos, literários ou não, e que estejam sempre imbricados socialmente e comprometidos com uma educação voltada para a cidadania.

Uma vez que a historiografia literária não deve ser uma camisa de força que impeça o estabelecimento de conexões de movimentos literários, ela deve ser trabalhada para situar o aluno em um contexto histórico/social de produção do texto literário intercruzando diversos autores e obras de diversas épocas.

Na cultura ocidental predominou uma concepção teológica da história, de base judaico-cristã, concepção esta que atravessou a Idade Média e o Renascimento e que passou a ser contestada no século XVIII, quando foi submetida à crítica da razão pelos filósofos iluministas, permanecendo neste século a concepção que a história seria produto da vida de pessoas ilustres, como reis, filósofos e outros do poder.

No século XIX, no apogeu do Romantismo, a burguesia acreditou ser possível mudar os rumos de sua história e da História, quando passou a conceber as mudanças não mais como resultado de forças divinas, mas sim de forças sociais e ideias de homens. Para Ventura (1995 *apud* CEREJA, 2013, p. 128) o surgimento da história da literatura no contexto romântico está relacionado à formação dos Estados Nacionais, que com a necessidade destes se fortalecerem-se como tal, seria preciso a valorização da sua língua e de suas manifestações como produtos culturais. Daí influenciado pelo historicismo, os filólogos conceberam a história da literatura como fenômeno complexo determinado com fatores externos e internos, concorrendo com historiadores políticos, procurando definir a individualidade de uma nação por meio de fenômenos literários. No Brasil, o surgimento do Romantismo coincidiu com o momento em que questões da construção da identidade nacional estavam sendo exaustivamente discutidas, e o nosso espaço geográfico fora o cerne na criação dos romances urbanos, regionais, histórico e indianista.

A prática do ensino de literatura hoje nas escolas brasileiras está arraigada e o ensino tradicionalista mostra que no primeiro ano do ensino médio se procura a construção de

conceitos básicos relativos à teoria literária e da comunicação, linguagem literária e referencial, gêneros literários, noções de versificação. Nos segundos e terceiros anos do ensino médio há um direcionamento para toda a historiografia literária brasileira que vai das primeiras manifestações literárias, passando por toda a historiografia literária até culminar com as tendências da literatura brasileira contemporânea. Tal abordagem historicista da literatura sustenta-se numa apresentação panorâmica dos movimentos literários ou estilos de época e os principais autores e obras, ancorados na linha do tempo.

Os PCN's (2002, p.52-71) faz referência ao ensino de literatura no ensino médio abordando como aspecto fundamental a questão da historiografia literária e propõe o estudo dos estilos de época em interface aos estilos individuais, ou seja, que o homem deve entender as manifestações do imaginário coletivo e sua expressão na forma das linguagens compreendendo seu processo de construção no aspecto social-histórico, igualmente o aluno deve saber identificar as obras com determinados períodos, assim como entender que a língua, como bem cultural e patrimônio coletivo, pode refletir a visão de mundo de seus falantes e possibilita à compreensão da mesma no tocante as diferenças linguísticas, quanto à formação do aluno deve-se propiciar a compreensão do que se constrói pelo processo histórico na contemporaneidade, no entanto, é mais significativo que o nível médio dê mais atenção à formação de leitores, inclusive de obras clássicas da literatura, do que manter o tecnicismo-pragmático das escolas literárias e um elitismo com suas respectivas obras e autores. Observa-se com esta posição que os PCN's privilegiam que é a literatura no contexto da historiografia literária em face à construção de leitores críticos não é uma abordagem adequada para inserir o sujeito na construção da literatura.

#### 4.4 UMA EXPERIÊNCIA: PROJETO LITERART

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) são diversos os caminhos pedagógicos a seguir na busca da construção no processo ensino-aprendizagem, que são consideradas, partindo da estética da sensibilidade, que deve estimular ao aluno à criatividade, ao espírito inventivo, a curiosidade pelo inusitado e a afetividade, outro caminho se refere à política da igualdade, que parte do reconhecimento dos direitos humanos e dos direitos e deveres da cidadania, buscando criar no aluno a constituição de identidades, o respeito ao bem comum, o combate a qualquer forma de discriminação, como também o respeito aos princípios do Estado de Direito na forma do sistema federativo e do



regime democrático e republicano e a ética da identidade, que busca superar dicotomias entre o mundo da moral e o da matéria, entre o público e o privado, o respeito e acolhimento na identidade do outro e pela incorporação da solidariedade nos atos da vida profissional, social, civil e pessoal. Tais princípios são trabalhados no cotidiano escolar no ensino de língua, de forma implícita e explícita, das mais diversas formas, para que os educandos percebam que a escola é formadora de princípios norteadores das suas vidas em sociedade.

Foi pensando na formação integral do aluno como cidadão e na sua inserção ativa no mercado de trabalho e nas diversas atividades intelectuais que cerceiam à vida em sociedade, fez-se necessário pensar em novas práticas nas aulas de literatura para propiciar a formação de leitores críticos, de produtores de textos conscientes e éticos, bem como de falantes que reconheçam a diversidade linguística e cultural do Brasil. A partir deste ideário o Projeto Literart: Linguagens e Cultura nasceu para se colocar em prática atividades envolvendo a escrita, a oralidade e a expressão no trabalho com a literatura da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Adalberto de Sousa Oliveira em Cachoeira dos Índios-PB, que a cada ano se renova em busca de novos caminhos, principalmente, quanto ao ensino de literatura.

No plano da escrita foi proposto um concurso de produções textuais contemplando diversos gêneros discursivos, tais como: no primeiro ano do ensino médio foi solicitada a escrita de um artigo de opinião com tema: A importância do cidadão para a democracia; no segundo ano do ensino médio foi solicitada a escrita de uma crônica com o tema: As tradições juninas de nossa cidade e no terceiro ano do ensino médio um texto dissertativo com o tema: A educação e a convivência social.

Os alunos vencedores do I Concurso de Produções Textuais foram contemplados com uma comenda e um passeio cultural para as cidades de Serra Talhada e Triunfo, ambas no Estado de Pernambuco, onde conheceram museus e outros atrativos culturais. Como nos temas da literatura regionalista apresenta-se o cangaço, nada mais enriquecedor do que o conhecimento dos museus de renomes nacionais que resguardam objetos, utensílios, certidões de batismos, armamentos, indumentárias, entre outros objetos dos cangaceiros e de um dos principais líderes deste movimento Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião, que povoa o imaginário social e que tanto a Literatura Regionalista, principalmente a de cordel, utiliza como material para enriquecer o fantástico mundo da literatura.



**Figura 1:** Museu do Cangaço em Serra Talhada-PE



**Figura 2 :** Museu do Cangaço em Triunfo-PE

A II Mostra Literária apresentou como tema a Literatura Regionalista que fora explorada por meio de banners em que foram resumidas as seguintes obras: “Morte e vida Severina” de João Cabral de Melo Neto; “Vidas secas” de Graciliano Ramos; “O quinze” e “A beata Maria do Egito” ambas de Rachel de Queiroz; “A bagaceira” de José Américo de Almeida; “O cabeleira” de Franklin Távora; “Fogo morto” de José Lins do Rego, com as respectivas biografias dos autores. Durante a exposição os alunos explicavam aos visitantes as obras supracitadas.



**Figura3:** II Mostra Literária



**Figura 4:** II Mostra Literária

No plano da linguagem expressiva foi trabalhada a oralidade com os alunos através de recitação de cordéis, sobre temáticas relacionadas à Literatura Regionalista, tais como: seca, misticismo, cangaço, religiosidade, e outros.



**Figura 5:** Linguagem Expressiva



**Figura 6:** Linguagem Expressiva

Ainda no plano da linguagem expressiva foram encenadas as peças: “Gabriela, cravo e canela” e “Tieta do Agreste”, ambas do escritor Jorge Amado. Resumidamente, “Gabriela, cravo e canela” narra o caso de amor entre o árabe Nacib e a sertaneja Gabriela e compõe uma crônica do período áureo do cacau na região de Ilhéus-BA. Além do quadro de costumes, a narrativa descreve profundas alterações na vida social da Bahia dos anos de 1920: a abertura do porto aos grandes navios leva à ascensão do exportador carioca Mundinho Falcão e ao declínio dos coronéis, como Ramiro Bastos. É Gabriela quem metaforiza as transformações de uma sociedade patriarcal, arcaica e autoritária, convulsionada pelos sopros de renovação cultural, política e econômica.



**Figura 7:** Linguagem Expressiva



**Figura 8:** Linguagem Expressiva

Resumidamente, a narrativa “Tieta do Agreste”, transcorre assim: Fogosa pastora de cabras e namorada de homens, a adolescente Tieta é surrada pelo pai e expulsa de Santana do Agreste graças à delação de suas aventuras eróticas por parte da irmã mais velha, a pudica e reprimida Perpétua. Um quarto de século depois, rica quarentona, Tieta retorna em triunfo ao vilarejo, no interior da Bahia. Com dinheiro e influência política, ajuda a família e traz benefícios à comunidade, entre eles a luz elétrica. Para parentes e amigos de Santana do Agreste, Tieta enriqueceu no sul ao se casar com um industrial e comendador. Mas aos poucos o narrador vai plantando no leitor a dúvida e o descrédito, até revelar a história oculta da protagonista: Tieta se prostituíra e virara cafetina em São Paulo, razão de sua riqueza e de seu trânsito entre os poderosos. Neste acerto de contas com o passado, ela acaba se envolvendo na acirrada disputa em torno do futuro do lugarejo.



**Figura 9:** Linguagem Expressiva



**Figura 10:** Linguagem Expressiva

Diante do exposto, o projeto “Literart: linguagens e cultura” procura trabalhar a literatura de forma contextualizada trazendo para uma realidade mais próxima do educando as principais obras da Literatura Brasileira. A cada ano é proposto uma nova temática para o trabalho com a literatura de forma prazerosa e dinâmica, como também de relacionar o que é estudado em sala de aula com algumas práticas mais condizentes com o mundo biossocial dos educandos, despertando-lhes a consciência crítica e autonomia intelectual.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa com o tema “**A interculturalidade e o ensino de literatura**” veio ao encontro de buscar novos métodos, novas práticas, novas temáticas para um ensino de literatura mais condizente com a realidade de nossos educandos, resgatando o estudo da cultura e da identidade cultural e o diálogo entre as diversidades culturais existentes na realidade brasileira.

Coube propiciar ao educando do ensino médio participar das manifestações culturais diversas e levá-lo a intercruzar olhares para a pluralidade cultural, para o diferente, para aquilo que está próximo dele culturalmente, buscando encontrar o distante também e dialogar com ele, pois a cultura é um todo e uma rede de troca e diálogo entre sujeitos que se interpenetram e se distanciam, a depender da visão de mundo que cada um adota.

É compromisso da escola, propiciar uma educação voltada para a pluralidade cultural e procurar a convivência das várias identidades que povoam o espaço fora e dentro da escola, vendo e convivendo com as diferenças. Portanto, coexistem culturas que se imbricam durante o processo do fazer cultural, não vindo a mérito à diferenciação como fator excludente entre cultura do povo e autoritarismo das elites, mas de inclusão social e educacional num processo igualitário, já que em algum momento há uma imbricação entre estas expressões.

No tocante a conceituação da literatura brasileira, a formação do instinto de nacionalidade, a periodização literária e as propostas dos PCN's concorrem para a constituição de alunos pensantes e de novas práticas do ensino de literatura, subsidiando esse olhar crítico e conhecedor da realidade através da ficção, desconstruindo o apego ao ensino tradicional, como uma camisa de força, mas abrindo espaço para novas diretrizes e métodos de trabalhar a literatura ao sabor da criatividade e do dinamismo que o mecanismo de lidar com textos requer, principalmente, com o texto literário.

A experiência e vivência do projeto Literart: linguagens e cultura vem demonstrando a cada ano uma renovação das ideias dos alunos e professores, na sua busca incessante de ressignificar práticas incansáveis de inovar e buscar um ensino de literatura mais condizente com o mundo pluricultural que nos rodeia hodiernamente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Jorge. **Tieta do agreste**. Posfácio Lilia Moritz Schwarcz.- São Paulo: Companhia das letras, 2009.

\_\_\_\_\_. **Gabriela, cravo e canela**. 85. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e educação sexual**. 3. ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais + Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos PCN**. Brasília: MEC/Semtec, 2002.

CEREJA, William Roberto. **Ensino de literatura: uma proposta dialógica para o trabalho com literatura**. 2. ed. São Paulo: Atual, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COUTINHO, Afrânio. **Conceito de literatura brasileira**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.

SILVA, René Marc da Costa (org.). **Cultura popular e educação: salto para o futuro**. Brasília: MEC. TV Escola, 2008.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Sociologia para o ensino médio**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.